

O TERRITÓRIO IMATERIAL DO CAMPESINATO.

Munir Jorge Felício

munir@unoeste.br

Doutorando em Geografia e pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA – Depto de Geografia – FCT/UNESP campus de Presidente Prudente

**Por la vida, la tierra, el territorio y la soberanía de nuestros pueblos
Globalicemos la lucha, globalicemos la esperanza
Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (cloc-via campesina),
Guira de Melena (cuba, 29 de abril de 2009)**

INTRODUÇÃO

Essa epígrafe é parte constituinte do território imaterial do campesinato por conter, resumidamente, as concepções do ideário de luta do movimento camponês. Ele evoca a vivência da luta pela vida, pela terra, pelo território e pela soberania de nossos povos. Pudemos vivenciar esse ideário no decorrer do trabalho de campo efetuado no Território Cantuquiriguaçu (1). Nosso objetivo neste texto é reunir as contribuições que, a partir das experiências e reflexões, ampliem a compreensão do território imaterial do campesinato. O texto está dividido em três partes: a primeira trata dos discursos como a matéria prima do território imaterial, a segunda traça paralelo entre o território imaterial e os paradigmas da questão agrária e a terceira discute o território imaterial do campesinato. O Território Cantuquiriguaçu reúne vinte municípios das mesorregiões geográficas Centro-Sul e Oeste do Estado do Paraná. A nossa convivência com os seus participantes durante um ciclo de debates e durante as visitas ao assentamento Ireno Alves dos Santos, ao Colégio Iraci Salete Strozake e a uma propriedade cuja família é integrante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) proporcionaram compreensões que não seriam possíveis apenas no ambiente de sala de aula. A troca do campus universitário pelo território camponês pode, na medida do possível, diminuir a distância entre teoria e prática e, com isso propiciou também comparar o discurso acadêmico sobre o campesinato com o discurso do campesinato. Os discursos acadêmicos sobre o campesinato constituem a matéria prima de vários territórios imateriais que se desenvolvem nos grupos de pesquisas para entender e explicar o campo.

A MATÉRIA PRIMA DO TERRITÓRIO IMATERIAL

Os discursos do campesinato constituem a matéria prima do seu território imaterial, pois neles estão as concepções de vida, de ser humano e de mundo. Tais concepções farão parte dos debates e embates travados interna e externamente e terão a finalidade de trazer à tona a conflitualidade do modelo de sociedade que o capital insiste perpetuar. A mídia, o sistema de ensino e as instituições religiosas como aparelhos ideológicos do Estado primam por camuflar e

ocultar a luta de classes impedindo o desenvolvimento da consciência crítica (ALTHUSSER, 1985). No Território Cantuquiriguaçu, entre seus participantes, convivemos com camponeses do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e conhecemos o seu projeto de luta pela vida, pela terra, pelo território e pela soberania alimentar. É um movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massa, autônomo, de luta permanente para produzir comida saudável e resgatar a identidade e a cultura camponesa. No Estado do Paraná, ele está presente e atuante no Território Cantuquiriguaçu onde tem voz e voto, todavia, sua área de atuação não se restringe ali.

No Plano Camponês desenvolvido pelo MPA há planejamento para obter soberania alimentar, energética, genética, hídrica e territorial. No território material desenvolve a luta pela terra na defesa da vida e da produção camponesa e no território imaterial desenvolve a luta pela disputa de espaço político criando suas próprias representações e significados. Transmitem essas interpretações através de seus discursos nos quais defendem o “jeito camponês de fazer agricultura” (PLOEG, 2008, p.116); sabendo que “a agricultura é território da heterogeneidade: variedade de climas, solos, ecossistemas e paisagens [...]” (BARTRA, 2007, p. 86). Descaracterizam, portanto, a agricultura como território da homogeneidade como é organizada pelo jeito empresarial de fazer agricultura uma vez que o agronegócio prima pela especialização da monocultura mecanizada.

Desta forma, enquanto os territórios materiais se movimentam por causa das relações sociais visando o controle e o domínio na luta pelo poder, os territórios imateriais se movimentam através da luta pelo poder de dizer criando suas próprias representações e significados das coisas num confronto discursivo característico das sociedades capitalista através da luta de classes pelo controle e domínio do território e pelo controle e domínio dos valores culturais (ORLANDI, 2009). Com essa criação ele disputa, vence ou é derrotado e renasce, propondo novas leituras, novas categorias de análise uma vez que a realidade, não se apresenta aos seres humanos à primeira vista, como demonstrou Kosik (1985, p. 9-20), “é o ser humano que cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa os aspectos fenomênicos da realidade”.

Criar suas próprias representações e elaborar um sistema correlativo de noções constitui a essência do território imaterial do campesinato, pois ele “está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações” (FERNANDES, 2009, p. 211). Daí a importância de compreender a união indissociável entre pensamento e linguagem, entre intencionalidade e ideologia, pois, as visões de mundo exprimem-se pelos discursos, pelas interpretações como expressões da vida real. Assim, “a realidade exprime-se pelos discursos. Dizer que não há idéias fora dos quadros da linguagem implica afirmar que não há pensamento sem linguagem” (FIORIN, 2007, p. 33).

Outras duas dimensões da matéria prima do território imaterial do campesinato estão: no resgate da cultura camponesa e seus valores e no estudo como estratégia para ocupar o espaço e ganhar importância na disputa ideológica contra o agronegócio e o Estado como seu agente. É a

necessária construção das escolas do campo com um projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura camponesa, como constatados no Colégio Iraci Salete Strozake, a escola do assentamento Ireno Alves dos Santos. Escola que tem uma especificidade inerente à histórica luta de resistência camponesa, indígena e negra, conforme esclarece Paulo Freire (2000, p.86-87) que “não é na resignação, mas na rebeldia em face das injustiças que se afirma e que nós também nos afirmamos como seres humanos”, pois, é preciso responder: “em favor de que estudo? Em favor de quem estudo? Contra que estudo? Contra quem estudo?”. Essas concepções filosóficas de escola e de ensino compõem o território imaterial do campesinato através da intencionalidade e das opções políticas que se materializam nas disciplinas curriculares (SEARLE, 1995).

São razões como essas que ajudam compreender o desafio feito por Teodor Shanin (2008, p. 28), no sentido de atrelar a luta pela terra à luta pelo conhecimento, pois, segundo ele, “as mudanças não decorrem apenas do uso de armas, de fatores econômicos e disputas políticas, elas se realizam também por meio do constante avanço do conhecimento, porque a verdade tem uma capacidade revolucionária para transformar sociedades” Por isso o estudo do território imaterial do campesinato constitui num esforço para a construção do conhecimento que avança pela disputa, pelo embate entre diversas concepções, conceitos, correntes teóricas e paradigmas sobre a questão agrária. Essa disputa está presente nas ruas, nas escolas, nas famílias, na mídia, nos movimentos sociais, nos ambientes religiosos, políticos e científicos.

O TERRITÓRIO IMATERIAL E OS PARADIGMAS

Na academia, a disputa se intensifica por meio da construção dos paradigmas, com suas correntes teóricas, desenvolvidas nos vários departamentos e nos grupos de pesquisa, consolidando e ampliando suas convicções. Essas disputas impulsionam os estudos sobre a questão agrária nas quais apontam perspectivas distintas como nos dois exemplos descritos: o de Hegedüs (1984) e o de Oliveira (1991). Hegedüs (1984, p. 149-171) ao estudar a questão agrária no marxismo verificou que se defrontavam dois territórios imateriais: o de Kautsky ao defender a tese segundo a qual o campesinato desapareceria em virtude do desenvolvimento capitalista na agricultura e o de Eduard David que defendia a tese segundo a qual o campesinato nos países da Europa Ocidental, nos últimos decênios do século XIX demonstrara-se capaz de sobreviver. Eis o paradoxo: que futuro reserva ao campesinato o avanço capitalista na agricultura?

Oliveira (1991, p.10), ao estudar a questão agrária na Geografia brasileira, constatou o confronto entre dois territórios imateriais ao mostrar que no decorrer da década de 1960, um período de crises tanto em escala nacional quanto internacional:

E como produto dessa crise a que ninguém ficou imune, procurou-se avançar em direção a uma posição mais crítica na geografia agrária brasileira frente à questão agrária. Uns preferiram o

“milagre brasileiro” e tiraram proveito, idolatrando-o ou procurando o caminho de uma ciência neutra, quantitativa, pragmática e engajada. Nós outros, preferimos ajustar contas com nossas consciências. Preferimos colocar as coisas no lugar. Preferimos o caminho da identificação de nossa produção com os interesses da maioria da população trabalhadora do país. E é esse quadro que tem se imposto a nós geógrafos desse país. Uns engajam-se no sistema, procurando desenvolver trabalhos que visem à sua “santificação científica”, outros colocam-se do outro lado, inevitavelmente contra o estado de coisas vigentes.”

Através dos termos “*uns*” e “*outros*” defrontam-se dois paradigmas, dois territórios imateriais: de um lado as produções acadêmicas que procuram o caminho de uma ciência neutra, quantitativa, pragmática e engajada no sistema e, de outro, as produções que se colocam contra o estado de coisas vigentes procurando o caminho dos interesses da maioria da população trabalhadora desse país. Assim os dois exemplos – Hegedüs (1984) Oliveira (1991) – demonstram compreensões diferentes entre teóricos que desenvolvem leituras da realidade com teorias, métodos, intencionalidades, ideologias e opções políticas distintas. E por causa dessas escolhas constroem paradigmas que visam explicar as dimensões contraditórias da realidade. Disputam intelectualmente a construção do conhecimento por intermédio dos seus territórios imateriais sendo impulsionados pelos paradoxos que surgem ao tentarem interpretar a realidade.

Por essa razão, o campesinato também constrói o seu território imaterial para disputar e defender o seu lugar e a sua importância na sociedade capitalista demonstrando que ele não desapareceu, mas participa das discussões com seu projeto ideológico. E dessa forma ajuda a desenvolver o paradigma da questão agrária (PQA) que estuda a questão agrária como problema estrutural do capitalismo que só se desenvolve gerando concentração de terras, produção e capital e para isso subordina social, econômica e politicamente enorme contingente populacional de um lado, e de outro promove a resistência desse contingente que recusa a subordinação criando alternativas.

As desigualdades e as contradições são geradas pelo avanço capitalista na agricultura e elas, historicamente, têm sido “discutidas e interpretadas de formas opostas. E no centro deste debate está a existência do campesinato” (FERNANDES; GONÇALVES, 2009). O debate se dá entre dois paradigmas: da questão agrária que reúne autores como Lênin (1899/1985) e (1918/1980); de Kautsky (1986); Shanin (1983); Chayanov (1974); Oliveira (1986, 1988, 1991, 2004); Fernandes (1996, 1999, 2005, 2007) entre outros, e, do capitalismo agrário que reúne autores como Abramovay (1992); Veiga (1991), Lamarche (1993) e Mendras (1984), entre outros. O divisor de água entre eles é a compreensão sobre a questão agrária: enquanto para o primeiro ela é estrutural, para o segundo ela é conjuntural.

Este debate paradigmático entre o território imaterial do PQA e do PCA está presente também nas discussões de duas organizações sociais: a Via Campesina e a Fretaf-Sul. A primeira filia-se ao PQA e a segunda ao PCA. O território imaterial da Via Campesina (2) está presente nos seus discursos contendo as suas concepções com as quais coordena as diversas organizações

camponesas de 56 países que são divididos em oito regiões: Europa, Leste e Sudeste da Ásia, Sul da Ásia, América do Norte, Caribe, América Central, América do Sul e África, desde abril de 1992. Dentre suas prioridades estão o desenvolvimento da solidariedade e a unidade dentro da diversidade objetivando promover relações econômicas de igualdade e de justiça social, a preservação do meio ambiente, a soberania alimentar, a produção agrícola sustentável, entre outros. O MPA faz parte da Via Campesina.

O território imaterial da Fetraf-Sul está presente nos seus discursos, contendo as suas concepções, com as quais coordena suas ações em 22 microrregiões congregando 93 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar em toda a região sul do Brasil, abrangendo mais de 288 municípios nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, desde março de 2001. Compõem suas prioridades, a implantação de um sindicalismo novo, classista, democrático, massivo e propositivo, com capacidade de organização nas comunidades e municípios, de mobilização e pressão por melhores condições de vida e da elaboração de negociações políticas com o Estado e a sociedade. Ele organiza projetos alternativos nas diversas áreas, debate com a sociedade a importância da agricultura familiar.

Para ampliar a compreensão de como vem se desenvolvendo esse debate paradigmático sobre a questão agrária é importante conhecer outras abordagens e outras dimensões desse confronto ideológico estudando a leitura geográfica consensual empreendida pelo PCA e a leitura geográfica crítica empreendida pelo PQA.

O PCA prioriza a leitura geográfica consensual da questão agrária entendendo a heterogeneidade do meio rural sem caracterizar os confrontos ideológicos subjacentes nas análises do desenvolvimento rural. Interessa apenas uma descrição dos estilos de agricultura familiar como faz Conterato (2008) ou o processo de mercantilização da agricultura via estreitamento das relações entre os agricultores familiares e os mercados como entende Nierdele (2007). Interpretar o território sem considerar a luta de classes e a conflitualidade suprimirá o significado dele como campo de força por enfatizar apenas o seu caráter instrumental como compreende Schneider (2005) numa abordagem em que desaparecem totalmente as relações de poder e não são elucidadas as razões que justificam as disputas territoriais. Para o referido autor, o território é uno como sinônimo de totalidade. De fato, o território é uma totalidade, mas não uno. É múltiplo, plurifacetado, o local da identidade e da diferença, da unidade e da diversidade, da ação e da intenção. A sua essência está no movimento e em movimento, pois ele é continuamente construído, destruído e reconstruído. É relacional e processual e, como entende Haesbaert (2004), a desterritorialização é a passagem perpétua de um território ao outro.

O paradigma do capitalismo agrário reúne as concepções advindas das obras de Mendras (1984); Lamarche (1983 e 1998); Abramovay (1992) e Veiga (1991) entre outros. Dentre as concepções está a perspectiva de futuro no qual a única alternativa consiste na total integração do campo ao sistema capitalista. Por conseguinte o campesinato desaparecerá pela proletarização ou pela

metamorfose do camponês em agricultor familiar. Sendo o primeiro, resquício do feudalismo, e o segundo, um produtor moderno, que racionaliza seu processo produtivo via tecnificação.

São essas as razões que fazem do agronegócio a única possibilidade de desenvolvimento agropecuário, pois se trata de um modelo de desenvolvimento cuja sustentação encontra-se no domínio da tecnologia e por intermédio dela expande a produção de mercadorias procurando ocupar todos os territórios e controlar todas as relações sociais no campo e na cidade.

O PQA prioriza a leitura geográfica crítica da questão agrária a partir da luta de classes pelo controle e domínio do território, tendo por referência as ações do MPA no Território Cantuquiriguaçu. É no território que os interesses antagônicos das classes sociais se efetivam, razão pela qual é imprescindível ampliar a compreensão desse conceito entendendo-o como campo de força (RAFFESTIN, 1993). Só assim é possível esclarecer as novas configurações e os novos rearranjos territoriais. E, como essas contradições estão em constante movimento, elas serão reveladas muito mais fortemente pelo território, o lugar onde se dão as disputas políticas (SANTOS, 2004, p. 21-22), e desenvolvem conflitualidades (FERNANDES, 2008, p.198-212). Uma das estratégias do movimento camponês se constitui no questionamento da aliança entre os donos do poder e os latifundiários conjugados num pacto político tácito indispensável para a conjunção entre o capital e a propriedade da terra, como explica Oliveira (1991, p. 142-159) mostrando que “o Estado e o capital privado sempre deram as mãos”

O paradigma da questão agrária reúne as concepções advindas das obras de Lênin (1899/1985) e (1918/1980); de Kautsky (1986); Shanin (1983); Chayanov (1974); Oliveira (1986, 1988, 1991, 2004); Fernandes (1996, 1999, 2005, 2007) entre outros. Dentre as concepções está a perspectiva de futuro no qual o campesinato se recria e encontra formas de co-existir em meio as transformações capitalistas no campo tanto na produção como nas relações mercantis e também na luta pela terra. Para Shanin (1980, p. 56) “a diferenciação exerceu um papel importante na transformação capitalista da agricultura camponesa e representou muitas vezes, sua mudança estrutural mais significativa [...]”. Pelo processo de diferenciação “os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho” (p.58). Vão se multiplicando, se reproduzindo e se recriando de maneiras tão diversas, que quase é necessário uma análise específica em cada território, situação e tempo, devido à diversidade de estratégias que o agricultor camponês encontra para permanecer no campo, lutando para ter o controle político do território, e com isso consolidar relações sociais típicas do “modo camponês de fazer agricultura” (PLOEG, 2008).

O TERRITÓRIO IMATERIAL DO CAMPESINATO

Como parte do território imaterial do campesinato frente ao processo intenso de exclusão social, ganha importância seu discurso sobre a recriação via processo de recampesinização. Como defende o MPA no Território do Cantuquiriguaçu, esse processo se dá na busca de autonomia,

através da produção agroecológica sustentável onde as sementes, as nascentes de água potável e demais recursos renováveis são recuperados. Trata-se da “reconstrução substancial do capital ecológico, social e cultural, sendo esses os recursos principais em que a agricultura camponesa é cada vez mais fundamental” (PLOEG, 2008, p. 303).

Para Ploeg (2008, p. 23) a recampesinização:

É uma expressão moderna para a *luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência*. A condição camponesa não é, definitivamente, uma condição estática. Ela representa uma linha através do tempo, com movimentos ascendentes e descendentes. Isto é, assim como a agricultura capitalista está continuamente evoluindo (expandindo-se e ao mesmo tempo mudando no sentido qualitativo, ou seja, através de uma maior industrialização dos processos de produção e de trabalho), também a agricultura camponesa está mudando. Uma de suas muitas mudanças é a *recampesinização*. [...] a recampesinização ocorre tanto na Europa como em países do Terceiro Mundo (*itálicos no original*).

A recampesinização consiste no processo de tornar-se camponês ou recuperar valores e práticas antigas como esclarece Marques (2004, p. 145-156). Trata-se de diversas atividades e processos interconectados tais como: “a luta pela emancipação, isto é, trabalhar a terra o melhor possível para obter o melhor rendimento e, assim, níveis mais elevados de valor agregado” (PLOEG, 2008, p. 82). O “uso do trabalho familiar (e o envolvimento em relações de reciprocidade) é preferido às relações de trabalho assalariado” (PLOEG, 2008, p. 87). “A partilha de conhecimentos através de grupos de estudo informal pode fomentar a produção de novidades e divulgar os resultados promissores” (PLOEG, 2008, p. 89), entre outras. Essa partilha também compõe o território imaterial do campesinato.

Duas constatações de Mazoyer; Roudart (1998, p.485) são importantes e corroboram com a compreensão de Ploeg (2008). A primeira defende a necessidade de estudos aprofundados sobre os sistemas agrários multisseculares:

As regiões do mundo densamente povoadas, onde o campesinato desenvolve hoje formas de agricultura complexas, duradouras, com alto rendimento territorial e pouco custoso em recursos não renováveis, são, sem dúvida, os laboratórios onde se elaboram as formas de agricultura mais preciosas para o futuro da humanidade. Só o estudo ecológico e econômico aprofundado, e a compreensão precisa desses sistemas agrários, que são o fruto da experiência multissecular e sempre renovada do campesinato, podem permitir aos investigadores identificar e propor melhorias apropriadas, e transferir, adaptando-as, algumas aquisições de uma agricultura em proveito de uma outra.

A segunda diz respeito também à construção do futuro viável para a humanidade:

Tendo em conta o papel que deverão desempenhar todas as agriculturas do mundo na construção de um futuro viável para a humanidade, é inquietante constatar a que ponto a opinião e os espíritos esclarecidos dos nossos dias estão afastados das realidades agrícolas, e a que ponto mesmo aqueles que têm a responsabilidade da agricultura desconhecem toda a riqueza da herança agrária da humanidade (MAZOYER;ROUDART, 1998, p.13)

O território imaterial do campesinato é caracterizado pelos saberes, valores e cultura camponesa acumulados há 10.000 anos, desde a época neolítica, levando consigo a herança agrária milenar como esclarece Mazoyer; Roudart (1998, p. 14). Para essa herança o camponês e a camponesa são todos (as) aqueles (as) que vivem na terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para a mesa de sua família e para a mesa dos trabalhadores urbanos. Desenvolvem conhecimentos antes mesmo do sistema científico ser organizado em academias. Defendem os caminhos da afirmação camponesa lutando por moradia digna, construindo a educação do e no campo, a produção sustentável e diversificada, a recuperação das sementes crioulas, dos sistemas agroflorestais. As ações do MPA no Território do Cantuquiriguaçu e a comunidade camponesa de San Juan Bautista de Catacaos no norte do Peru descrito por Ploeg (2008, p. 73-105), são duas experiências que demonstram a atualidade da herança agrária do campesinato produzindo alimentos a partir de alguns princípios básicos: ser diversificada, produzir de tudo para o autoconsumo, produzir alguma coisa para o mercado, respeitar o meio ambiente, livrar-se dos venenos, utilizar sementes crioulas e buscar independência na questão energética, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território imaterial do campesinato constitui a possibilidade do camponês interpelar a sociedade moderna através de sua ideologia como condição necessária para que ele permaneça com sua identidade camponesa produzindo e participando do mercado e da sociedade. É indispensável que ele torne-se sujeito do seu discurso e combata o processo de invisibilidade construída cuja finalidade consiste em excluí-lo social e politicamente. É o papel crítico do camponês diante da sociedade capitalista afirmando-se como alternativa ao sistema que prioriza o econômico em detrimento do político. Desta forma, como o campesinato existiu antes do sistema capitalista e, hoje, sabe encontrar maneiras de sustentar sua existência, é dedutível que, muito provavelmente, manterá sua existência lutando em outro sistema.

NOTAS

1. O trabalho de campo como parte da disciplina “Teorias dos Territórios e da Questão Agrária”, oferecida pelo Programa de Pós Graduação em Geografia – 2009, da UNESP – campus de Presidente Prudente, sob a responsabilidade do Profº Dr. Bernardo Mançano Fernandes, de março a junho de 2009.
2. www.viacampesina.org.br e www.fetrafsul.org.br
3. Vide a cartilha “Caminhos da Afirmação Camponesa Tecnologias e Conhecimentos Populares” MPA-PR.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ALTHUSSER, Lousi. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BARTRA, Armando. Marginales, Polifônicos, Trashumantes: os campesinos del milênio. In: FERNANDES, B.F.; MARQUES, M.I.M SUZUKI, J.C. (orgs.). **Geografia Agrária Teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 85-103.
- CONTERATO, M.A. **Dinâmicas Regionais do Desenvolvimento Rural e Estilos de Agricultura Familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. 2008. 290 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- CHAYANOV, Alexander V. **La Organizaciónde La Unidad Econômica Campesina**. Bueno Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **Brava Gente – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil (uma entrevista com João Pedro Stedile)**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- _____. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Vozes, 2001.
- _____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Revista NERA** Presidente Prudente, ano 8, número 6, p. 14-34, janeiro/junho. 2005.

_____. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (coord.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2008. p. 175-215.

_____. Entrando nos Territórios do Território. In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E. (orgs.) **Campesinato e territórios em disputas**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

_____. Sobre a Tipologia de Territórios In: SAQUET, Marco Aurélio e SPOSITO, Eliseu Sáverio (orgs.) **Territórios e Territorialidades. Teoria, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

FERNANDES, B. M., GONÇALVES, E.C. **Políticas de agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputa territorial**, 2009. (no prelo).

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. 8. ed. revista e ampliada. São Paulo:Ática, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HEGEDEUS, András. A questão agrária. In: HEGEDEUS, András et al. **História do Marxismo IV. O Marxismo na época da Segunda Internacional** (Terceira Parte). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p.149-171.

HAESBAERT Rogério. **O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A Agricultura Familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. **A Agricultura Familiar: do mito a realidade**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LENIN, Vladimir Ilich. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARQUES, Marta I. M. Lugar do Modo de Vida Tradicional na Modernidade, In: OLIVEIRA A. U. e MARQUES M. I.M (orgs.) **O Campo no Século XXI**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 145-158.

MAZOYER, M. & ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Lisboa: Ed. Histórias e Monografias, 1998.

MENDRAS, Henry. **La Fin des paysans**. Paris : Actes Sud, 1992.

NIEDERLE, Paulo André. **Mecanização, Estilos de Agricultura e Estratégias Reprodutivas dos Agricultores Familiares de Salvador das Missões, RS**. 2007. 219 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção na agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Agricultura brasileira: as transformações recentes**. São Paulo: SPM/CEM, 1994.

_____. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. **Os mitos sobre o agronegócio no Brasil**. In: XII Encontro Nacional do MST, em São Miguel do Iguaçu, Paraná de 19 a 24 de Janeiro de 2004.

ORLANDI, E.P. **Análise de Discurso**. 8. ed. Campinas: Pontes Editores, 2009.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e Impérios Alimentares Lutas por Autonomia e Sustentabilidade na Era da Globalização**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista**. Estudos Cebrap. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **La classe Incomoda**. Alianza Editorial: Madrid, 1983.

_____. Lições Camponesas. In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E. (orgs.) **Campesinato e territórios em disputas**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-48.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade**. Entrevista com Milton Santos. 2. ed. 2. reimp. São Paulo: Editoria Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____.O dinheiro e o território. In: SANTOS, M.; BECKER, B.K. (orgs.) **Território, territórios. Ensaio sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SCHNEIDER, Sergio, TARTARUGA, Ivan G. Peyré. **Do território Geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural**. Trabalho apresentado nas Jornadas de intercambio y discusión: el desarrollo Rural en su perspectiva institucional y territorial. Buenos Aires: FLACSO – Argentina – Universidad de Buenos Aires/CONICET, 2005.

SEARLE, John. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

VEIGA, José Eli. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.